

CNJ e Depen renovam termos de cooperação

26/06/2021

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), concluíram na última semana a renovação de três termos de execução descentralizada (TEDs) para a qualificação de políticas penais no país. Com as atualizações, três frentes de trabalho sofrem alteração: qualificação da porta de entrada do sistema prisional com alternativas ao encarceramento; aprimoramento da gestão da informação e dados; e documentação civil por meio de identificação biométrica.

CNJ



Os TEDs começaram a ser planejados em 2018 e no ano seguinte foram implantados
CNJ

Os acordos começaram a ser discutidos em 2018, pelo então presidente do CNJ, Dias Toffoli, e pelo então ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann. A partir desses termos, o CNJ fechou parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para iniciar em janeiro de 2019 o programa Justiça Presente. Em setembro de 2020, com a gestão Luiz Fux, iniciou-se a segunda fase da implementação de ações, o [programa Fazendo Justiça](#). As ações são coordenadas pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ).

A renovação de identificação civil por meio da biometria inclui a distribuição de 5,4 mil kits para varas que realizam audiências de custódia, assim como unidades de privação de liberdade em regime fechado nos 27 estados, seguindo diretrizes da [Resolução CNJ n. 306/2019](#). A distribuição foi iniciada em maio e os equipamentos estarão em todo o país ainda em 2021. Também permitirá um fluxo permanente de emissão de documentos com o apoio do [Sistema Eletrônico de Execução Unificado \(SEEU\)](#).

A estratégia, implementada em etapas e com apoio de parceiros, inclui o mapeamento da situação da identificação civil de pessoas privadas de liberdade em todo o país; a integração de bancos de dados biométricos dos estados à Base de Dados da Identificação Civil Nacional (BDCIN), mantida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE); a articulação com atores-chave para organização do fluxo de emissão; e a própria aquisição dos equipamentos. "A medida busca garantir mais confiabilidade na informação sobre pessoas que estão sob custódia do Estado e ampliar o acesso a políticas de cidadania", destaca o juiz auxiliar da Presidência do CNJ, com atuação do DMF, Fernando Mello.

A gestão da informação é outra frente de trabalho que une CNJ e Depen, consolidada com a nacionalização do SEEU para integrar todos os processos de execução penal do país, atualmente em 26 estados e com mais de 70% dos processos de execução penal no país. Antes da parceria com o Depen, o SEEU reunia cerca de 109 mil processos, e hoje já são 1,4 milhões.

Quanto à porta de entrada do sistema prisional, a cooperação entre CNJ e Depen tem permitido o avanço na implantação e estruturação de equipes multidisciplinares em centrais de alternativas penais (Ciaps) e de monitoração eletrônica (CME), além da consolidação de metodologias para qualificação dos serviços e capacitações profissionais para servidores. Com o apoio técnico do programa, avançaram convênios que permitiram a instalação de Centrais de Alternativas Penais em



Rondônia, Roraima e Sergipe, por exemplo.

Para Tânia Fogaça, diretora-geral do Departamento Penitenciário Nacional, a parceria com o CNJ veio reforçar políticas já desenvolvidas pelo Ministério. "Nosso foco é apoiar os governos estaduais na gestão do sistema prisional. Considerando que a execução penal é um campo com a participação dos poderes Executivo e Judiciário, essa parceria é uma ação estratégica para o Depen, no cumprimento de sua missão institucional", afirma.

A renovação dos TEDs, segundo Mário Guerreiro, supervisor do DMF, demonstra que a indução nacional de políticas de forma colaborativa entre Judiciário e Executivo vem produzindo resultados concretos. "A construção de termos com definição do que se espera de todos os atores tem sido fundamental para que o Fazendo Justiça promova entregas estruturais em frentes simultâneas", explica.

Valter Shuenquener, secretário-geral do CNJ, destaca que "a integração interinstitucional e interfederativa entre os poderes Judiciário e Executivo é essencial para que se superar desafios no sistema carcerário, e é disso que se ocupa o programa Fazendo Justiça. É por acreditarmos que problemas complexos precisam de soluções a altura que trabalhamos políticas com base em evidências de forma articulada com cada unidade da federação, para soluções customizadas e de caráter sustentado". *Com informações da assessoria do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2021-jun-26/cnj-depen-renovam-terminos-cooperacao/>